

# A coroa de Cristo x O beijo de Judas: *Batismo de sangue* e a denúncia da violência

Táscia Oliveira Souza

Jovita Maria Gerheim Noronha

---

**RESUMO:** Este artigo busca mostrar, com base na relação entre memória e testemunho, como *Batismo de sangue*, escrito por Frei Betto, sobre o envolvimento de frades dominicanos brasileiros no caso Carlos Marighella, denuncia a violência da ditadura e se apresenta como peça de defesa, desconstruindo a narrativa oficial.

**PALAVRAS-CHAVE:** memória; testemunho; poder; violência; autoridade; defesa

---

**ABSTRACT:** *This paper analyses, based on the relationship between memory and testimony, how *Batismo de sangue*, written by Frei Betto about the involvement of brazilian dominican friars in Carlos Marighella's affair, denounces the violence of the dictatorship and presents itself as a piece of defense, deconstructing the official narrative.*

**KEYWORDS:** *memory; testimony; power; violence; authority; defense*

No dia 6 de novembro de 1969, dois dias após o assassinato do líder da Aliança Nacional Libertadora, Carlos Marighella, o jornal *O Globo* publicou editorial sobre a participação de frades dominicanos no episódio. No texto, o veículo cumpria duplamente seu papel de apoiador do regime ditatorial. De um lado, traçava um retrato póstumo de Marighella que, além de afirmar como verdade a versão oficial da época, de que o militante trocara tiros com a polícia, apontava-o como responsável pelos “crimes mais bárbaros da história policial do Brasil”, “fiel até o fim ao evangelho do ódio, da violência a que serviu com implacável fanatismo por mais de trinta anos”. De outro, tachava os frades Fernando de Brito e Yves (Ivo) Lebauspin, que haviam sido presos dias antes durante a Operação Batina Branca, de traidores, “delinquentes desprovidos de qualquer dimensão de grandeza”, delatores que sentenciaram o destino do ex-deputado comunista. Nas palavras do editorial, “Frei Ivo e Frei Fernando já haviam traído a Igreja e a Ordem a que pertencem quando, renegando os votos de amor e caridade impostos pelo Evangelho cristão, abraçaram a filosofia de ódio ensinada por Lenine apud Marx”<sup>1</sup>. E continua, mais adiante:

Frei Ivo e Frei Fernando, que rasgaram os votos que livremente firmaram diante de Deus, perderam a resistência moral e traíram os votos de fidelidade à própria doutrina da violência. Entregaram Marighella à polícia com meticulosa proficiência.

Foi um segundo beijo à maneira de Judas. Esses infelizes frades beijoqueiros da traição bem encarnam o papel devastador desempenhado em certos setores da Igreja por determinadas alas ditas “renovadoras”. [...] Que a covardia desses infelizes frades pelo menos sirva de lição às ovelhas tresmalhadas que seguem por esses descaminhos escabrosos de traição a todos os valores.<sup>2</sup>

O discurso jornalístico – e, ao mesmo tempo, propagandístico – parece quase uma segunda tortura a se abater sobre os dois frades, que haviam sido submetidos pelo delegado Sérgio Fleury a espancamentos, choques elétricos e ao pau de arara para revelarem a forma de contato entre Marighella e os dominicanos, uma vez que o convento em São

---

1. “O BEIJO de Judas”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 6 nov. 1969. Disponível no blog *Memória do Jornalismo – Centro de Cultura e Memória do Jornalismo*: <http://www.ccmj.org.br/blog-memoria-do-jornalismo/o-globo-e-os-dominicanos>. Acesso em: 3 nov. 2015.

2. Id.

Paulo ajudava a proteger integrantes da esquerda armada e alguns frades intermediavam a retirada do país de pessoas perseguidas pelo regime. O objetivo era chegar àquele que era, na ocasião, o homem mais procurado do Brasil.

A história dessa relação está contada por Frei Betto, um dos frades que ajudavam perseguidos a passarem pelas fronteiras do sul do Brasil, em *Batismo de sangue*, contemplado em 1983 com o Prêmio Jabuti de melhor livro de memórias. A proposta deste artigo é fazer uma análise da obra do ponto de vista da relação entre memória e testemunho, nos limiares entre as concepções de individual e coletivo, e evidenciar de que maneira ela se constrói como uma defesa dos frades dominicanos e uma estratégia simbólica de enfrentamento da violência.

## MEMÓRIAS DO NÓS

O termo *memórias* abarca não apenas um conceito controverso, como também um dos maiores mistérios da experiência humana: *o quê e/ou como* lembrar ou esquecer. No caso de memórias sobre o período ditatorial brasileiro de 1964 a 1985, defronta-se ainda com a coexistência e necessária articulação de memórias individuais e coletivas, cujo máximo de expressão seria a tentativa de construção – ou, no caso, de desconstrução seguida de reconstrução – de uma memória nacional.

Conforme Halbwachs,<sup>3</sup> a força da memória coletiva advém do fato de que sua sustentação se dá no arrimo de uma comunidade, a despeito de essa ser formada por um conjunto de indivíduos cujas lembranças, embora possam ser comuns, atribuem pesos e perspectivas diferentes a episódios distintos. Assim, para Halbwachs, cada memória individual apresenta seu próprio ponto de vista sobre a memória coletiva, a depender do *locus* de experiência e/ou observação, bem como das relações sociais estabelecidas e dos níveis ocupados dentro da própria comunidade ou fora dela.

Do ponto de vista genérico, *Batismo de sangue* pode ser lido como um livro de memórias (Alfredo Bosi chega a descrevê-lo como, mais do que isso, como um *memorial* erguido em honra tanto ao líder da ANL quanto a Frei Tito de Alencar Lima, de

---

3. Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990, p. 51.

quem se falará mais adiante),<sup>4</sup> uma vez que, além de episódios vivenciados pelo autor/narrador, também estão em cena acontecimentos que não presenciou, dentre os quais as sessões de tortura e a própria emboscada a Marighella, que constituem, aliás, o eixo principal da narrativa.

No entanto, por esse mesmo motivo, há no livro elementos que também remetem à literatura de testemunho. Entre os historiadores, o papel da testemunha ocular, isto é, do *historiador do tempo presente*, encontra defensores e críticos, numa controvérsia que tem, de um lado, a perspectiva de que o testemunho assegura credibilidade à narrativa e, de outro, a opinião de que o olhar sobre o presente seria sempre tendencioso em razão de interesses pessoais, preconceitos e paixões envolvidos.<sup>5</sup> Há que se ponderar, contudo, que a distância temporal não implica, necessariamente, uma análise isenta. Além disso, o testemunho na literatura, sobretudo sob o aspecto abordado por Jean-Louis Jeannelle,<sup>6</sup> refere-se a uma enunciação ligada a um efeito de ruptura dentro de um discurso social, visto que sempre traduz uma situação de crise, atestando fatos desconhecidos que contradizem versões oficiais.

Em outras palavras, conforme afirma Ettore Finazzi-Agrò, “a literatura cumpre um papel de suplência em relação à historiografia, conseguindo, às vezes, dizer o *abjeto* [...], conseguindo nos entregar aquela verdade nefanda e *inter-dita* que o relato ou a crônica dos acontecimentos não podem e, talvez, não devem dizer”.<sup>7</sup> É o que acaba ocorrendo com a narrativa memorialística/testemunhal de Frei Betto, que, mesmo marcada por um olhar pessoal sobre os episódios, contribui para refutar a versão oficial endos-

---

4. Cf. BOSI, Alfredo. “Memória e memorial”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17 jun. 1982, Primeiro Caderno, Opinião, p. 3. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1982/06/17/2/>. Acesso em: 30 abr. 2016.

5. Cf. FICO, Carlos. “História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, pp. 43-59, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

6. JEANNELLE, Jean-Louis. “Pour une histoire du genre testimonial”. *Littérature*, Paris, n. 135, 2004, “Fractures, ligatures”, pp. 87-117. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/litt\\_0047-4800\\_2004\\_num\\_135\\_3\\_1863](http://www.persee.fr/doc/litt_0047-4800_2004_num_135_3_1863). Acesso em: 30 nov. 2015.

7. FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “(Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 43, pp. 179-190, jun. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182014000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182014000100010). Acesso em: 30 abr. 2016.

sada por *O Globo* sobre o papel dos dominicanos como delatores de Marighella. Como diz Bosi em sua crítica sobre o livro, a “memória, quando trabalhada por um espírito fidedigno, tem o dom de desmascarar as versões falsas e interesseiras que os poderosos forjam para perder os seus adversários políticos”.<sup>8</sup>

Pela religiosidade dos envolvidos, pela estrutura narrativa confessional (o termo confissão assumindo aqui, a um só tempo, um caráter autobiográfico, jurídico e de sacramento católico) e pela associação simbólica possibilitada pelo próprio jornal ao se valer de imagens bíblicas, levanta-se a hipótese de que o livro propicia uma transformação dos personagens dos frades dominicanos: de réplicas de Judas, tal como são apresentados no editorial, eles passam a ser mártires cujo sofrimento, de certa forma, rememora a paixão de Cristo.

A relação com o martírio religioso está explícita no título, visto que a expressão “batismo de sangue”, historicamente, alude aos primeiros cristãos sacrificados pelo Império Romano. O termo atravessou os séculos e é hoje definido pelo dicionário Houaiss como o “ato de derramar sangue pela primeira vez”, o “suplício sofrido por pessoa não batizada em defesa da fé cristã” e, por extensão de sentido, “o martírio sofrido em defesa de qualquer causa por que se tenha grande apreço”.<sup>9</sup> Mas é possível também compreender a alusão ao cristianismo na divisão do livro em seis capítulos – “Carlos, o itinerário”, “Sul, a travessia”, “Prisão, o labirinto”, “Morte, a cilada”, “Dops, a catacumba” e “Tito, a paixão” –, que podem remeter às seis estações mais conhecidas da *via crucis*: a Santa Ceia, o Horto das Oliveiras, a prisão de Cristo, a flagelação e coroação de espinhos, a subida ao Calvário e a crucificação.

Sobre o limiar entre memória e testemunho, Jeannelle observa que, “se o memorialista se apoia em seu passado, suas funções e seu crédito simbólico”, a testemunha, por sua vez, “vê-se impor a passagem à escrita pelos acontecimentos atravessados – em seu caso, empreende-se uma reparação cuja causa primeira não se deve à sua vontade, mas a um trauma sofrido”.<sup>10</sup> Frei Betto, de certa maneira, faz os dois: vale-se de sua pró-

---

8. BOSI, Alfredo. “Memória e memorial”, cit.

9. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Versão eletrônica. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 30 nov. 2015.

10. JEANNELLE, Jean-Louis. “Posturas de si e nomes de gênero”. Tradução de Luciano Moraes. In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim et al. (Org.). *Disciplina, cânone: continuidades e rupturas*. Juiz de Fora: UFJF, 2013, p. 67.

pria posição e capital simbólico, narrando episódios que viveu e/ou presenciou, para também levantar voz contra uma injustiça que exige reparação, isto é, a violência física e moral sofrida pelos frades dominicanos.

Há que se frisar, contudo, que nem todos os episódios do livro foram vividos ou realmente testemunhados pelo autor, que parece valer-se dos recursos de sua atividade de jornalista para tecer a narrativa, a partir de relatos feitos pelos companheiros. É o que se evidencia, por exemplo, na passagem que narra o interrogatório, sob tortura, ao qual Frei Fernando foi submetido pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury para explicar sua ligação com Marighella:

Ao entrar na sala em que Frei Fernando se achava, o leão de chácara dos beneficiários do “milagre econômico” operado pelo regime sabia que jogava sua mais importante cartada.

– Vocês são base fixa de Marighella – afirmou Fleury, fixando os olhos reluzentes no prisioneiro acuado entre policiais.

Fernando negou, disse que nada tinha a ver com líderes políticos. [...]

A mão pesada do chefe do Esquadrão caiu forte sobre o rosto do prisioneiro.

– Tire a roupa, seu filho da puta!

O religioso ficou de cueca, os acólitos da morte empurraram-no ao chão, enfiaram uma trave de madeira sob seus joelhos, curvaram-no, passaram suas mãos por baixo da trave, amarraram-nas com cordas à frente das pernas e, entre duas mesas, dependeram seu corpo. Como um frango no espeto. No pau de arara, a cabeça e os ombros de Fernando pendiam para baixo, posição dilacerante nas juntas e na coluna. Segundo consta, uma invenção escravocrata aperfeiçoada pelo uso da energia elétrica.

– Como é que Marighella entra em contato com você? – indagou Fleury.<sup>11</sup>

A passagem, construída provavelmente com base no relato do próprio Fernando, vale-se de um processo de ficcionamento, entendido aqui não como fabulação, mas como uma forma de transformar o vivido em narrativa, de modelar, afeiçoar o factual, de interpretá-lo e dar-lhe significação.<sup>12</sup>

---

11. BETTO, Frei. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Mariguella*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 125.

12. Ver como Philippe Gasparini explica o processo de ficcionamento ou ficcionalização empreendido pelo escritor e crítico Serge Doubrovsky, criador da noção de autoficção: “O verbo latino >

Nesse fragmento, o pau de arara, lembrado como instrumento de açoite herdado do período escravista, também pode ser lido como imagem que alude à cruz, ressaltando que, bem antes de ser um símbolo do Cristianismo, esta era um mecanismo de tortura/pena de morte usado para punir criminosos e, como no caso do próprio Cristo, supostos agitadores políticos. Apesar das diferenças entre os dois métodos, vale observar que, tanto na crucificação empregada pelo Império Romano quanto no pau de arara usado pela ditadura brasileira, a vítima era pendurada pelos punhos e pelas pernas (ainda que, no último, os membros do torturado fossem amarrados juntos, de modo que ele ficasse içado na vara de madeira quase de ponta-cabeça). E atar os membros de alguém significa, mais amplamente, incapacitá-lo de se defender e impedir-lhe toda e qualquer ação – mais especificamente, em termos simbólicos, a ação política.

Não se trata, aqui, de propor uma divinização dos sofrimentos dos torturados, mas, em sentido inverso, politizar um dos principais símbolos do cristianismo, como aconteceu durante a Semana Santa de 1970, quando, segundo Elio Gaspari, a igreja de Saint-Germain-des-Prés, em Paris, expôs em seu altar-mor um Cristo algemado, com um tubo na boca e um magneto na trave da cruz. Em vez da tradicional inscrição inri, o que havia, sobre sua cabeça, era uma bola com o lema positivista “Ordem e Progresso”.<sup>13</sup>

De modo análogo à cruz para os cristãos, que representa o martírio, mas também a resistência de Cristo, o pau de arara se tornou, na história recente do Brasil, o elemento que simboliza e, ao mesmo tempo, denuncia a tortura ocorrida no período ditatorial. Tortura que, aliás, consistia em uma política de Estado, uma vez que não há evidências nas suposições de que os órgãos e aparelhos de segurança funcionassem autonomamente, desrespeitando a linha de comando ou sem o seu controle.<sup>14</sup>

-----  
> *ingere* significava de fato ‘afeiçoar, fabricar, modelar’. O *factor* era alguém que dava feição: o oleiro, o escultor, e depois, por extensão, o poeta, o autor. Não se tratava de uma simples brincadeira com as palavras. O conceito de autoficção teve inicialmente como base uma ontologia e uma ética da escrita do eu. Ele postulava que não é possível se contar sem construir um personagem para si, sem elaborar um roteiro, sem ‘dar feição’ a uma história. Postulava que não existe narrativa retrospectiva sem seleção, amplificação, reconstrução, invenção”. GASPARINI, Philippe. “Autoficção é o nome de quê?”. In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (Org.). *Ensaaios sobre a autoficção*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 187.

13. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 312.

14. Cf. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*.

Nesse cenário de violência institucionalizada, não é à toa que um dos primeiros livros a denunciarem a prática dos torturadores brasileiros tem como título *Pau de arara: a violência militar no Brasil*. Nele, inclusive, encontra-se reproduzida uma carta de 1969 escrita por Dom Hélder Câmara e outros padres de Recife e Olinda em que, mais uma vez, faz-se presente a identificação, pela esquerda católica brasileira, entre religião e política: “Como cristãos, e a exemplo de Cristo e do protomártir Santo Estevam, pedimos a Deus perdão para os assassinos, repetindo a palavra do mestre: ‘eles não sabem o que fazem’”.<sup>15</sup>

A mesma alusão ao martírio de Cristo utilizada na carta, e já usada por Frei Betto no trecho citado anteriormente sobre o interrogatório de Frei Fernando, aparece no fim da passagem de *Batismo de sangue* que evoca a tortura sofrida por Frei Ivo. Dessa vez, o narrador sugere uma comparação entre as faíscas das descargas elétricas e a coroa de espinhos, encenando para o leitor uma representação quase pictural de uma estação da *via crucis*, como se verifica na citação:

A resistência do religioso chegou a seus limites. Ivo admitiu que conhecia Carlos Marighella. [...]

O cano de borracha dilacerava-lhe as carnes, especialmente o rosto; a cabeça latejava. Fleury estava fora de si:

– Confesse que você esteve com ele há quinze dias, seu filho da puta!

Ivo imaginou que Fernando deixara escapar a informação.

– Onde foi o encontro? – indagou o policial.

– Na Alameda Casa Branca, altura do número 400.

Como um naco de carne a ser enfiado no espeto, os policiais recolocaram o preso no pau de arara. As descargas elétricas teciam **uma coroa atroz** em seu couro cabeludo e espalhavam mil agulhas de fogo nos órgãos genitais. Ivo ignora quanto tempo foi torturado.<sup>16</sup>

-----  
Rio de Janeiro: Zahar, 2014, Kindle edition, location 1241-2.

15. KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

16. BETTO, Frei. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*, cit., p. 129, grifo nosso.

Em termos narrativos, o que se configura, em *Batismo de sangue*, é uma sobreposição de gêneros que permite ultrapassar a classificação de literatura memorialista e/ou de testemunho, borrando seus limites e fazendo da obra tanto um exercício de jornalismo investigativo quanto – e sobretudo –, para usar a nomenclatura jurídica, uma peça de defesa em favor dos dominicanos, na qual toda a aproximação religiosa aqui descrita pode ser um ponto-chave, ao evocar o sofrimento infligido aos frades. Mais do que uma escrita do *eu*, trata-se de uma escrita do *nós*, uma vez que o autor/narrador não se posiciona como protagonista de sua narrativa, mas como pertencente a uma ordem coletiva. É o que se percebe no seguinte trecho, em que Frei Betto inclui-se na coletividade de todos os dominicanos presos e/ou torturados durante a ditadura:

Todos os dominicanos que passaram pelo Dops paulista foram levados ao quinto andar do prédio do Largo General Osório, onde funcionava o “Ponto IV”, o acordo Brasil-Estados Unidos para atividades repressivas. Desde o início do Governo Nixon havia, por parte dos americanos, um interesse especial no trabalho social e na importância política da Igreja Católica na América Latina. O “relatório Rockefeller” diagnosticara que, mais ameaçadores à “estabilidade” do Continente do que a esquerda, eram os cristãos engajados na luta pela justiça. Ao entrar na sala ampla, arejada, com sofás e uma mesa retangular, vi três norte-americanos em camisas brancas de mangas curtas e gravatas, conversando em inglês com policiais brasileiros e manejando um equipamento de vídeo-teipe. O delegado advertiu-me:

– Vou “soprar” as respostas. Se não responder direito, vai direto pro pau.

As questões eram genéricas e visavam confirmar nossa colaboração com a esquerda. [...] Mais tarde essa “prova” de nossa culpa foi mostrada em quartéis e residências episcopais.<sup>17</sup>

Novamente, tem-se, na citação, a relação político-religiosa: a perseguição aos cristãos (no caso os de esquerda) que representavam, em plena Guerra Fria, ameaça ao capitalismo no continente, da mesma forma como os primeiros mártires da igreja foram considerados ameaças ao Império Romano. A referência ao relatório Rockfeller, prova da participação dos Estados Unidos na instauração e manutenção da ditadura brasileira, denuncia a manipulação envolvida na perseguição aos representantes da esquerda

---

17. Id., p. 184, grifo nosso.

católica latino-americana, também evidenciada na advertência expressa na fala do delegado. Pelo trecho, percebe-se que os presos deveriam responder exatamente aquilo que a polícia queria ouvir, prática que, além de contrariar o princípio iluminista do *nemo tenetur se detegere* – isto é, o direito de não produzir provas contra si mesmo, que só teria força de lei no Brasil muito mais tarde, com a Constituição de 1988 –, forjava essas “confissões” extraídas sob ameaça e/ou tortura.

## PODER E VIOLÊNCIA

Como tese de defesa dos dominicanos, acusados, por parte da esquerda, de delatarem Marighella e, pela direita, de traírem a própria igreja, *Batismo de sangue* questiona duas estratégias fundamentais, endossadas por editoriais como o do jornal *O Globo*, que foram usadas pela ditadura como forma de convencimento e autossustentação. A primeira é a prática da propaganda e da violência como mecanismo de controle social; a segunda, a deturpação dos conceitos de direito e justiça.

Ainda que se trate de coisas bastante distintas, é possível reconhecer no período ditatorial brasileiro alguns pontos em comum com o totalitarismo conceituado por Hannah Arendt e o estado de exceção de Agamben. O regime autoritário brasileiro não se configurou num governo totalitário e há um risco em usar a noção do totalitarismo arendtiano<sup>18</sup> para descrever práticas que, como no Brasil ditatorial, pertencem apenas à ordem do autoritarismo. Isso porque, em termos gerais, enquanto o autoritarismo procura levar a população à apatia e à despolitização, o totalitarismo busca mobilizá-la a seu favor em torno de uma ideologia oficial, um partido único e um controle pleno sobre todos os aspectos da vida dos indivíduos e da sociedade. Entretanto, é possível recorrer a Arendt não pela nomenclatura em si, mas por práticas nas quais se encontram

---

18. O uso indiscriminado do conceito de totalitarismo é criticado por Slavoj Žižek, que faz uma análise crítica, inclusive, da obra de Hannah Arendt. Por outro lado, ele chega a apontar semelhanças entre o que se denomina totalitário pelo senso comum e práticas da própria democracia liberal moderna. Suas reflexões, ao mesmo tempo em que evidenciam o perigo do uso aleatório do conceito, permitem também alguns paralelos, como levantado neste artigo. Cf. ŽIŽEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?: cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013, Kindle edition.

algumas correspondências.<sup>19</sup> Essa reflexão também é feita por Daniel Aarão Reis em relação a outro conceito da autora: o de “banalidade do mal”. De acordo com o historiador brasileiro:

Havia os oficiais treinados nos sofisticados serviços de inteligência e contrainformação, que se dedicavam a ler e analisar textos políticos e organogramas de organizações clandestinas e a dar instruções que viabilizassem a tortura como método de coleta de informações. Esses homens trabalhavam em salas climatizadas e não se misturavam ao trabalho sujo e degradante da tortura, embora o sucesso desta dependesse deles. Eram peças da engrenagem, homens normais naquele sentido em que Hannah Arendt falou da banalidade e da normalidade do Mal.<sup>20</sup>

Para Arendt, o que contribui para sustentar um regime totalitário é a propaganda que se faz de sua pretensa infalibilidade.<sup>21</sup> Assim, embora o regime brasileiro não fosse do totalitarismo, esse tipo de estratégia está presente no editorial d’*O Globo*, que se transmuta de texto jornalístico a instrumento propagandístico no sentido de *propagar uma ideia* – no caso, aquela pretendida pelo regime ditatorial. Tal propaganda é incorporada à fabula, à mitologia que o regime constrói a respeito de si mesmo e da sociedade sobre a qual se ergue. Ela se torna real, parte intrínseca do cotidiano.<sup>22</sup> Para combatê-la, mais do que registrar memórias pessoais, desconstruir o mito disseminado acerca dos dominicanos na ditadura parece ter sido o objetivo maior de *Batismo de sangue*.

---

19. A própria Hannah Arendt aponta que a “distinção decisiva entre o domínio totalitário, baseado no terror, e as tiranias e ditaduras, impostas pela violência, é que o primeiro volta-se não apenas contra os seus inimigos mas também contra os amigos e correligionários, pois teme todo o poder, até mesmo o poder dos amigos. O clímax do terror é alcançado quando o Estado policial começa a devorar os seus próprios filhos, quando o carrasco de ontem torna-se a vítima de hoje” (ARENDE, Hannah. *Da violência*. Tradução de Maria Cláudia Drummond. Brasília: UNB, 1985, p. 30). Mais uma vez, embora o governo ditatorial brasileiro de 1964 a 1985 não se configure como uma experiência totalitária, é possível verificar nessa diferenciação traços de práticas ocorridas no Brasil, como a perseguição política ou mesmo o assassinato de antigos apoiadores do regime.

20. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*, cit., location 1236-7.

21. Cf. ARENDE, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 398.

22. Id., p. 142.

Em outra ponta, tem-se o conceito tratado por Agamben, segundo o qual uma das características do estado de exceção é a abolição da divisão das instituições, tornando indefiníveis ou mesmo inexistentes as fronteiras entre os três poderes constituídos que fundamentam a democracia representativa. Essa supressão, ainda que seja implementada sob a lógica de uma suposta transitoriedade, indica a tendência de se tornar uma prática duradoura de exercício da autoridade e se configura na mais completa ausência de direitos.<sup>23</sup>

Esse dismantelamento do estado de direito acaba por abrir espaço para o surgimento de figuras como a de Fleury, que encarna, em *Batismo de sangue*, tanto a plenitude de poderes concentrada nas mãos de uma única pessoa quanto, e principalmente, a supressão total de qualquer direito. O primeiro ponto é perceptível na descrição que Frei Betto faz do delegado: “Gordo como um urso, vestia terno cor de malva e gravata vermelha. Comentava-se que viera me buscar. Seus olhos verdes reluziam o travo da perversidade, a auréola de herói do sistema realçava-lhe a prepotência, os policiais gaúchos fitavam-no como anões perante um gigante”.<sup>24</sup> O segundo ponto, em outra passagem, logo adiante: “O dr. Fleury tornou-se conhecido como homem duro, impiedoso, capaz de seviciar um preso dias seguidos até fazê-lo confessar crimes que não cometerá”.<sup>25</sup>

Fleury incorpora também o poder-violência descrito por Benjamin,<sup>26</sup> em que a divinização da autoridade serve de argumento para justificar o uso da violência como meio para se atingir determinado fim. Sobre isso, em *Batismo de sangue*, Frei Betto destaca que:

Para certos militares, todo réu é culpado, até prova em contrário [...]. Parte-se da ideia de que ninguém confessa os seus “crimes”, a menos que seja forçado a falar. E para isso só há um recurso: a tortura. A dor física, o pânico psíquico e o medo desencadeiam, no

---

23. Cf. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 19.

24. BETTO, Frei. *Batismo de sangue*, cit., p. 108, grifo nosso.

25. Id., p. 125, grifo nosso.

26. Em “Crítica da violência – Crítica do poder”, Benjamin explora a ambiguidade do termo alemão *gewalt*, que pode significar tanto poder quanto violência. Cf. BENJAMIN, Walter. “Crítica da violência – Crítica do poder”. In: \_\_\_\_\_. *Documentos de cultura, documentos de barbárie*. Tradução de Celeste H. M. Ribeiro de Sousa *et al.* São Paulo: Cultrix; Edusp, 1986.

prisioneiro, o instinto de sobrevivência, sob ameaça de levá-lo a dizer ou assinar o que querem seus carrascos. Troca-se a dignidade pela preservação da vida. Nesse momento, a escolha é crucial, entre ceder à ânsia de sobreviver ou aceitar a dor e a morte por fidelidade aos princípios assumidos.<sup>27</sup>

O trecho demonstra a distorção, nos moldes da crítica benjaminiana, dos pretensos direito e justiça praticados por um regime autoritário, seja esse representado por um único delegado ou pelo aparelhamento de todo o Estado. A violência, nesse contexto, é tanto meio quanto fim em si mesmo, porque se confunde com o próprio poder. Mantê-la é, pois, manter esse poder, e a própria palavra é tomada como um instrumento não apenas de opressão, mas de agressão.

#### **(DES)ARMANDO A PALAVRA**

Se o autoritarismo se apropria da palavra como forma de violência, sendo que a linguagem é o principal meio de propagação de uma ideia, há várias formas de *obrigar a dizer* retratadas em *Batismo de sangue*, desde o óbvio arrancar de confissões pela tortura até o discurso disseminado por *O Globo*, que, talvez sem que o leitor se desse conta, também lhe impunha, pela palavra, a concordância e a repetição.

No entanto, diante da palavra arrancada à força, Frei Betto, em seu livro, assume uma outra obrigação da palavra, própria da moral cristã e do sacramento da confissão: a da *mea culpa* seguida do perdão – ou, como é o caso, uma *nostra culpa*, por meio de um relato pessoal que é também a justificativa de como se deu a participação dos dominicanos no caso Marighella. É o que se nota no trecho em que compara os irmãos que sucumbiram à tortura àqueles que não sucumbiram:

Em liberdade, quando ainda a nova geração de combatentes não conhecia a fúria repressiva, alimentava-se o mito do herói indomável, capaz de abraçar a morte sem um gemido, como quem encontra o prêmio de seus sacrifícios pelo advento da nova sociedade. No cárcere, os instrumentos de suplício reduziram essas pretensões aos limites da fragilidade humana, embora não tenham faltado testemunhos exemplares, como o de Frei Tito, o

---

27. BETTO, Frei. *Batismo de sangue*, cit., p. 191.

de Virgílio Gomes da Silva, o de Apolônio de Carvalho, o de Manuel da Conceição e de tantos outros. A maioria, porém, sucumbiu às atrocidades sofridas. Sabia-se a diferença entre a resistência quebrada e a delação assumida, voluntária. Havia compreensão e perdão para os que falavam sob tortura; discriminava-se punitivamente os que colaboravam com a polícia em pleno domínio de suas faculdades. A escola carcerária ensinava que a fidelidade não se reveste apenas de maturidade ideológica adquirida na prática social, mas sobretudo de amor à causa e às pessoas pelas quais e com as quais se luta.<sup>28</sup>

Essa relação com a imposição da palavra como instrumento de tortura – seja a ouvida no cárcere, seja a arrancada sob violência e coerção, seja a escrita no jornal como construção narrativa deliberada disposta a propagar a ideia que sustenta a violência – atinge seu auge no último capítulo, que narra a paixão – no sentido do *pathos* grego, mas também no referente à própria paixão de Cristo – de Frei Tito. Torturado por Fleury em outro episódio que não o de Marighella, o frade foi para o exílio ao sair da prisão e se matou, poucos anos mais tarde, enforcado num convento na França. A voz – e as palavras – do delegado do Dops parecem tê-lo perseguido até o fim da vida, como fica evidente na seguinte passagem, em que Tito já está no exílio, no convento francês:

Uma noite, após o jantar, os frades caminhavam pelo jardim do convento, quando o céu se abriu à chuva que os obrigou todos a retornarem ao claustro. Só Tito prossegue a caminhada, indiferente à água que lhe encharca o hábito. Xavier Plassat, um de seus melhores amigos, convida-o a entrar:

- Não posso – responde Tito.
- Por quê?
- Ele me proíbe.. .
- ?!... Quem te proíbe, Tito?
- O Fleury, ele não quer que eu entre.
- Mas ele não está aqui, Tito; está no Brasil.
- Mentira. Ele está lá dentro do convento. Se eu entrar ele me espanca.<sup>29</sup>

---

28. Id., p. 191.

29. Id., p. 205.

Incluído por Frei Betto, na dedicatória do livro, entre os companheiros assassinados pelas forças da repressão – uma forma de defendê-lo perante a igreja, que condena o suicídio como pecado, e diante do próprio senso comum, que o compreende como covardia –, pode-se atrever a dizer que Tito se matou, simbolicamente, para não voltar a ser torturado e, conseqüentemente, não *delatar*, não ser *obrigado a dizer*. É o que se depreende do trecho em que se descreve o suicídio e se encontra a frase pela qual o frade ficou conhecido na história da resistência brasileira:

Na segunda semana de agosto, Roland Ducret vai ao pequeno quarto de Tito na zona rural: bate, bate, ninguém responde. Um estranho silêncio paira sob o céu azul do verão francês, envolvendo folhas, vento, flores e pássaros. Nada se move. Balançando entre o céu e a terra, sob a copa de um álamo, o corpo de Frei Tito é descoberto no sábado, 10 de agosto de 1974.

Do outro lado da vida, ele encontrara a unidade perdida.

Dois meses antes, Tito anotara num cartão que marcava um de seus livros: *é melhor morrer do que perder a vida*.<sup>30</sup>

## À GUIA DE CONCLUSÃO

É para transgredir o uso da palavra como violência e transformá-la em enfrentamento ao poder autoritário que, pode-se pensar, Frei Betto viu na literatura o meio para a construção de sua defesa coletiva. Não na frieza do tribunal – pelo qual, aliás, os dominicanos passaram –, não nas supostas verdades publicadas em jornais – por cujas redações o autor também passou –, mas sim no suporte daquela que permite que as palavras sejam usadas como instrumentos de luta, nos moldes do exposto por Ettore Finazzi-Agrò, segundo o qual “a violência como manifestação extrema e esmagadora do Outro nunca encontrou uma forma tão contundente de denunciar a opressão e o massacre dos inermes como aquela do discurso literário”.<sup>31</sup> Discurso em que as memórias,

---

30. Id., p. 210.

31. FINAZZI-AGRÓ, Ettore. “(Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964”, cit.

tanto individuais quanto coletivas, assim como os testemunhos, encontram solo mais propício para desconstruir o discurso oficial.

Além disso, ao aludir ao martírio de Cristo para reconstruir narrativamente cenas que só conhece pelo relato dos companheiros torturados, Frei Betto traça sua principal estratégia de defesa dos frades dominicanos, que, por um bom tempo, entraram para os anais da história brasileira sob as alcunhas impostas pelo viés ideológico disseminado por *O Globo*. Desse modo, ele combate a imagem dos frades como Judas triplamente traidores – maus patriotas, maus terroristas e maus cristãos –, invertendo o discurso do editorial que tentava desqualificá-los, e denuncia a violência cometida no Brasil.

---

**Táscia Oliveira Souza** é doutoranda na UFJF.

**Jovita Maria Gerheim Noronha** é professora da Universidade Federal de Juiz de Fora.